

DIREITOS SEXUAIS DA POPULAÇÃO LGBTI A PARTIR DA AGENDA 2030

Juliana Guidi Magalhães¹, Regina Célia de Souza Beretta²

¹E-mail: juliana.magalhaes@unesp.br; ²E-mail: regina.beretta@unifran.edu.br

Introdução: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), elencados no documento denominado Agenda 2030, expressam o compromisso dos 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) de construir uma sociedade verdadeiramente sustentável. Entretanto, o Documento que dispõe sobre o esforço global para erradicar a pobreza extrema, reduzir as desigualdades e desenvolver economicamente todas as comunidades deixou de mencionar a diversidade no tocante à categoria gênero e isso não reflete a igualdade pretendida. O quinto Objetivo anseia alcançar a igualdade de gênero e proceder com o empoderamento de todas as mulheres e meninas, contudo excluiu outras identidades de gênero e orientações sexuais. Somente em 2018, após movimentos sociais e organizações não governamentais envolvidos com a causa LGBTI, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) organizou o INDEX LGBTI, como um Conjunto de Indicadores Propostos Para o Índice de Inclusão LGBTI. Objetivo: Preliminarmente, a pesquisa em comento objetivou a problematização do conceito “igualdade de gênero” utilizado pelo predito documento e, especificamente, debruçou-se na reflexão crítica relativa ao quinto objetivo e sua meta elencada no item 5.6, a qual preceitua acerca dos direitos sexuais e reprodutivos. Ademais, a investigação trouxe à tona a análise sobre a implementação do quinto objetivo e sua meta 5.6 no Brasil, referente à comunidade LGBTI. Material e Método: Para conceber supedâneo à pesquisa documental, a análise ocorreu sobre o Relatório elaborado pelo Coletivo da Revisão Periódica Universal (RPU) Brasil, intitulado de Igualdade de não-discriminação de gênero, em 2022; também, utilizou-se dos relatórios elaborados pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030/GTSC A2030), o Relatório Luz, produzidos entre os anos de 2017 e 2021. Resultados e Discussão: A exclusão de outras formas de identidade de gênero e orientações sexuais na Agenda 2030 reflete o contexto de marginalização da comunidade LGBTI ante as preocupações mundiais. Os resultados se mostram insatisfatórios em razão ao alcance do Objetivo número cinco e, principalmente, no tocante às políticas públicas para assegurar os direitos sexuais da população LGBTI, isso em razão da insuficiência de dados disponibilizados pelos órgãos oficiais do governo federal, sendo apenas possível mensurar a condição de violação desta comunidade, através do esforço hercúleo de movimentos sociais e da organização da sociedade civil. Conclusão: As práticas de ódio em face da comunidade LGBTI aumenta no Brasil dada a ascensão das vozes conservadoras no debate político brasileiro, concedendo espaço e legitimidade ao discurso reacionário sobre a suposta “ideologia de gênero”, acirrado pela eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. Contribuição desta Pesquisa para a Saúde: A investigação contribui para a implementação e fortalecimento da Política Nacional de Saúde Integral da população LGBT no país.

Descritores: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Direitos Sexuais, Pessoas LGBTQIA+.